

Discutindo Conceitos e Propostas: Uma Análise da Qualidade no Telejornalismo Brasileiro¹

José Tarcísio da Silva OLIVEIRA FILHO²
Iluska Maria da Silva COUTINHO³
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

A questão da qualidade no telejornalismo emerge como tema no âmbito da redação de uma emissora pública, durante o regime militar. Na década de 70, Vladimir Herzog (1975) já buscava um jornalismo com forte ligação com o telespectador, orientado pelo interesse público. Na contemporaneidade pesquisadores se dedicam a estabelecer métodos para analisar a qualidade dos telejornais, como Gomes (2006) que faz referência à relação de gêneros e modos de endereçamento, Bucci *et al.* (2012) com a formulação de 188 indicadores que incluem desde questões administrativas repassando pela independência e pelo diálogo com o cidadão e Coutinho (2013) com foco no telejornalismo em emissoras públicas. Neste trabalho além de discutir tais pesquisas, também propomos a inclusão de novos indicadores, como o uso de informações públicas através da Lei de Acesso à Informação, e a parceria com pesquisadores e universidades dedicados aos estudos da qualidade em produtos jornalísticos. Portanto, tornou-se necessário a criação de métodos para análise, voltados para a pluralidade, interesse público, independência, entre outros.

Palavras-chave: Qualidade; Telejornalismo; Indicadores; Pluralidade; Propostas.

Introdução: Porque Pesquisar a Qualidade?

A questão da qualidade do telejornalismo deveria, e deve, atuar como um norteador da programação das emissoras comerciais e públicas. Entretanto, várias pesquisas provenientes do meio acadêmico mostram que as carências ainda são muitas quando se consideram as promessas do telejornalismo e a oferta de conteúdo jornalístico nos canais televisivos brasileiros.

Entre estes estudos - e que discutiremos com maior profundidade ao longo deste trabalho - podemos destacar os realizados por Becker (2005), que criam preceitos para a construção do telejornalismo de qualidade, através da análise do Jornal Nacional; os indicadores criados por Bucci *et al.* (2012) publicados pela Organização das Nações Unidas

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Jornalista, mestrando em Comunicação e Sociedade (UFJF), especialista em Jornalismo Político, estudante do curso de MBA em Gestão pela Fundação Getúlio Vargas e pesquisador do grupo de Jornalismo, Imagem e Representação (UFJF). E-mail: jtarcisiofilho@gmail.com

³ Jornalista, mestre em Comunicação e Cultura (UnB) e doutora em Comunicação Social (Unesp), com estágio na Columbia University (NYC). Atualmente é professora associada da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós Graduação em Comunicação (UFJF), atuando como líder do grupo de pesquisa Jornalismo, Imagem e Representação. E-mail: iluskac@globo.com

para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e que através de enunciados se tornaram verificadores práticos para aferir a qualidade de um determinado programa veiculado em emissora pública; e ainda nesta esfera, as pesquisas de Coutinho (2013) que indicam premissas de qualidade através da análise do jornalismo produzido em programas jornalísticos da TV Brasil, emissora pública brasileira.

Gomes (2006), além de utilizar o conceito de gênero televisivo para demonstrar a influência da relação entre a sociedade e o telejornalismo na qualidade, também realizou pesquisas que, comparadas com os pressupostos de qualidade, justificam a necessidade de maior atenção as propostas elaboradas pelos pesquisadores.

Em 2004 o Grupo de Pesquisa de Análise de Telejornais coordenado pela professora da Universidade Federal da Bahia, analisou a reestrea de um novo formato de telejornalismo praticado pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). O Jornal do SBT primeira edição era pré-gravado, usava pouco os repórteres nas reportagens externas e possuía um jornalismo caracterizado por curiosidades, típico de um programa voltado para show. Essa perspectiva também se confirmava na escolha das duas apresentadoras.

Nossa análise das primeiras edições do Jornal do SBT 1ª edição mostra que não há qualquer disfarce quanto aos objetivos do SBT com sua opção por utilizar duas mulheres como apresentadoras do telejornal do horário nobre: as duas apresentadoras não carregam uma história de atuação no telejornalismo ou no jornalismo impresso, mas são conhecidas nacionalmente por sua participação na segunda edição do reality show Casa dos Artistas, levado ao ar pela mesma emissora, estão ali porque são bonitas e levam jeito para apresentadoras. Como disse Daniel Castro, colunista da Folha, elas são o principal conteúdo do telejornal. (GOMES, 2004, p. 86)

Dez anos depois, mesmo com a reformulação do jornalismo, a mesma emissora ainda se distancia dos mesmos operadores de análise elaborados naquela época. O SBT Brasil, programa estreado em 2005, foi palco de uma polêmica em fevereiro de 2014, quando a apresentadora⁴ defendeu ser compreensível a atitude de pessoas que fazem justiça com as próprias mãos. Através de uma breve análise do episódio, constatamos que ao relacionar o conceito de modo de endereçamento abordado por Gomes (2004) na

⁴O comentário se refere a um grupo de jovens de classe média que amarrou um rapaz menor de idade no poste – o adolescente foi chamado de “marginalzinho” pela apresentadora Rachel Sheherazade. Parte da opinião da jornalista exibida no dia 04/02/2014 dizia: “[...] No país que ostenta incríveis 26 assassinatos a cada 100 mil habitantes, que arquiva mais de 80% de inquéritos de homicídio e sofre de violência endêmica, a atitude dos vingadores é até compreensível. O Estado é omissivo, a polícia é desmoralizada, a Justiça é falha. O que resta ao cidadão de bem que, ainda por cima, foi desarmado? Se defender, é claro. O contra-ataque aos bandidos é o que chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite. E, aos defensores dos Direitos Humanos, que se apiedaram do marginalzinho preso ao poste, eu lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil, adote um bandido”.

construção do estilo do noticiário, o telejornal se apresenta falho perante a construção de um jornalismo voltado para o interesse público. O SBT Brasil possui atualmente quadros de opinião que se tornam confusos, uma vez que não há clara distinção entre opinião dos jornalistas e do próprio conselho editorial da emissora. Reforçamos ainda a conduta polêmica – e para muitos órgãos, julgada como irresponsável - da apresentadora que exerce o papel de mediadora, considerado um dos três operadores para a análise do modo de endereçamento.

A qualidade também pode ser verificada através de análise quantitativa, como fizeram Meditsch e Segala (2005). O objetivo foi observar o equilíbrio em diversas variáveis no Jornal Nacional, veiculado pela Rede Globo, emissora de caráter comercial. Foram levantados aspectos como tipo e ramo de atividade, tipo de fala, gênero das fontes e tema dominante da matéria. Os resultados apontaram que “há distribuições desiguais das vozes do Jornal Nacional em relação aos aspectos quantificados” (Meditsch e Segala, 2005, p. 35).

Em uma análise de 12 edições realizada pelos pesquisadores, o Jornal Nacional apresentou predominância de vozes masculinas e provenientes do poder executivo. As mulheres eram apresentadas na maior parte das exposições como cidadãs comuns, na base da hierarquia social. Já entidades independentes e a iniciativa privada representavam apenas 12,7% das vozes.

Em 2014, Oliveira Filho e Coutinho (2014) utilizaram métodos quali-quantitativos para pesquisar a qualidade em telejornais de emissoras públicas e comerciais. Neste contexto, foi analisado o conteúdo midiático da cobertura do rebaixamento da nota de risco de crédito do Brasil, divulgada em março de 2014. A conclusão foi que tanto no Jornal Nacional (Rede Globo) como no Repórter Brasil (TV Brasil) a notícia foi exibida de forma incompleta, com ausência de pontos de vista e escolhas de fontes que poderiam ser classificadas como tendenciosas – aspectos que contrariam as propostas de qualidade de vários autores, como Coutinho (2013).

Os resultados apresentados por pesquisas acadêmicas, como as relatadas anteriormente, reforçam a necessidade da discussão sobre a qualidade tanto no âmbito acadêmico quanto nas redações. O conceito deve ser visto por profissionais, pesquisadores e estudantes como um guia para a promoção de um jornalismo descentralizado, orientado pelo interesse público e pelo pluralismo.

Discutindo Qualidade: um Conceito e Várias Teorias.

A qualidade no telejornalismo é objeto de estudo há décadas. Uma das primeiras manifestações de preocupação com esse aspecto, pode ser vista nas propostas de Vlademir Herzog⁵ para o departamento de jornalismo da TV Cultura na década de 70. Pesquisadores como Oliveira (2014) e Jesus e Bara (2012) analisaram as contribuições e atuação do jornalista.

Na ditadura militar, o telejornal Hora da Notícia exibiu um jornalismo diferenciado para os padrões da época, na qual a imprensa era fortemente supervisionada pelo governo militar e seus atos inconstitucionais. Líder de audiência na TV Cultura, o telejornal abordava assuntos de ligação direta com o telespectador. O homem da rua era convidado a expor os seus problemas antes das autoridades (JESUS e BARA, 2012, p.7). As contribuições de Herzog para a qualidade do telejornalismo incluem outros temas:

Jornalismo em rádio e TV deve ser encarado como instrumento de diálogo, e não como um monólogo paternalista. Para isso, é preciso que espelhe os problemas, esperanças, tristezas, e angústias das pessoas as quais se dirige; um telejornal de emissora do governo também pode ser um bom jornal e, para isso, não é preciso "esquecer" que se trata de emissora do governo. Basta não adotar uma atitude servil. (HERZOG, 1975, apud JESUS e BARA, 2012, p. 8)

A referida citação se encaixa na proposta de qualidade do telejornalismo público, este, que muitas vezes é confundido popularmente como subordinado aos interesses estatais – uma perspectiva criticada por Herzog. A referida interpretação é discutida por pesquisas recentes sobre a relação público x estatal. Na necessidade de uma diferenciação clara, Aguiar (2013) utiliza-se do estudo do pesquisador em direito da Universidade de São Paulo, Ericson Meister Scorsim, para afirmar que “um critério essencial para a caracterização da televisão pública é a independência diante do poder público, assegurada mediante a participação e o controle social” (Ibidem, p. 181). Portanto, reforçamos que a TV Pública deve ser distanciar dos interesses Estatais⁶.

Herzog (1975) também deixou como legado, a defesa da dotação financeira e técnica das emissoras para que se cumpram os trabalhos jornalísticos em diferentes programas. Desde tais preceitos, vários pesquisadores se dedicaram a aprimorar a questão

⁵Vladimir Herzog (Vlado Herzog) se destacou pela atuação em favor da redemocratização do Brasil durante o regime militar. Formado em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), também foi dramaturgo e professor de jornalismo da Escola de Comunicação e Artes (USP). Herzog foi encontrado morto com uma corda no pescoço em uma cela, em 25 de junho de 1975. Na época o governo militar considerou suicídio. Em setembro de 2012 o registro de óbito foi retificado, atendendo à solicitação da Comissão Nacional da Verdade - que buscava apurar crimes praticados na época da ditadura. Assim, consta que a "morte decorreu de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II Exército - SP (Doi-Codi)".

⁶Atualmente o governo brasileiro possui meios de comunicação exclusivos para divulgar as ações governamentais, como a NBR – intitulada como “A TV do Governo Federal”. O conteúdo é disponibilizado *online* via *link*: <http://conteudo.ebcservicos.com.br/streaming/nbr>.

da qualidade no telejornalismo. Isso pode ser explicado, sobretudo, pela centralidade do telejornalismo em uma sociedade como a brasileira.

O interesse acadêmico pelo tema tem mobilizado há cerca de uma década autores como Itânia Gomes (2004) e Beatriz Becker (2005); esta desenvolveu análise da cobertura dos 500 anos do Descobrimento do Brasil no Jornal Nacional a partir do que intitulou diretrizes para um jornalismo de qualidade.

Para a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro “os serviços da indústria da comunicação, a regulação da mídia e as novas tecnologias de informação, deveriam atender prioritariamente ao interesse público, privilegiando o conhecimento e não apenas o mercado” (Becker, 2005, p. 54). Portanto, a conclusão é a mesma que a de muitos autores que estudam este aspecto: a televisão de qualidade é aquela que se torna parte da conversação pública cotidiana.

[...] A televisão se desenvolveu e ocupou dois nichos específicos, o de testemunhar e contar a realidade e o de entreter e divertir as massas urbanas excluídas da oferta cultura elitista. Rincón observa ainda que a boa televisão ser a sempre a que contar histórias divertidas e, se possível, também instrutivas, que possam se converter em bons negócios. (Becker, 2005, p.56)

Essa proposta seria atingida através da diversidade de produção e conteúdo, que garantiria a democratização da mídia – fator indispensável para se alcançar a qualidade que abordamos. Ainda neste contexto, Gomes (2006) ressalta a importância dos gêneros televisivos, como forma de “reconhecer que o receptor orienta sua interação com o programa e com o meio de comunicação de acordo com as expectativas geradas pelo próprio reconhecimento do gênero” (Gomes, 2006, p. 14). Essa identificação é a base para fazer o conteúdo televisivo como parte da conversação pública cotidiana, defendida por Becker (2005).

Os gêneros são formas reconhecidas socialmente a partir das quais se clássica um produto midiático. Em geral, os programas individualmente pertencem a um gênero particular, como a ficção seriada ou o programa jornalístico, na TV, e é a partir desse gênero que ele é socialmente reconhecido. (Gomes, 2006, p. 15)

Portanto, cada programa contém um modo de endereçamento⁷ para criar estratégias e se relacionar com sua audiência – e assim, o tornar único para os telespectadores. Este conceito ao se entrelaçar com o de gênero televisivo, deveria, segundo Gomes (2006), guiar o exame concreto do telejornalismo. Afirma-se, então, que a “análise da qualidade no

⁷ Gomes (2006) explica que modo de endereçamento são as formas e práticas comunicativas específicas de um programa. Assim, diz respeito “ao modo como um determinado programa se relaciona com sua audiência a partir da construção de um estilo, que o identifica e que o diferencia dos demais”.

telejornalismo deve ser o julgamento sobre o bem suceder de um programa específico, realizado em condições históricas, sociais e culturais específicas (Ibidem p. 19).

Entre os operadores de análise, citados pela pesquisadora, estão o pacto sobre o papel do jornalismo, contexto comunicativo, mediadores, recursos da linguagem televisiva, recursos técnicos a serviço do jornalismo, formatos de apresentação da notícia, relação com as fontes de informação e texto verbal.

Com o intuito de facilitar essa verificação da qualidade em emissoras públicas de radiodifusão – não especificamente só em telejornais -, Bucci *et al.* (2012) elaboraram um roteiro de indicadores. Entre os pressupostos utilizados, estão a transparência, ética, garantia de financiamento e independência em relação ao mercado e a intervenção do Estado no conteúdo. Assim, defendem a importância da emissora pública⁸ como “necessária no espaço público das sociedades democráticas porque contribuem para ampliar as perspectivas e os enfoques com que o fluxo de ideias e informações e da expressão cultural se estabelece”⁹.

No total são 188 indicadores, divididos em dois grupos: administrativos (como gestão transparente) e outro mais complexo, relacionado com a linguagem da programação, as condições técnicas de produção, as equipes e seu trabalho, relações com o público, entre outros.

Os indicadores são enunciados que buscam verificar se o produtor de conteúdo atende a questões que envolvem qualidade. Podemos elencar alguns, como:

- Há missões específicas por programa?
 - Os salários dos quadros de dirigentes são de conhecimento público?
 - A grade reflete a diversidade de identidades – étnicas, religiosas, populares, etárias, de orientação sexual, de preferências estéticas, etc. – que estão presentes na sociedade?
 - Há produções culturais geradas pelas diversas regiões de cujas populações recebem recursos?
 - A emissora tem independência na produção de seus programas?
 - A linguagem dos programas é original ou repete padrões conhecidos?
- (Bucci *et al.*, 2012, p. 26-32)

⁸ Emissora pública não tem finalidade de obter lucro, o que a diferencia das TVs Comerciais que obtém recursos através da veiculação de publicidade. Sua sobrevivência é garantida por recursos repassados pelo Estado ou pela sociedade. A gestão é acompanhada por representantes da sociedade civil, através de Conselhos Curadores, e o interesse público deve nortear a produção. No Brasil, as principais TVs Públicas são a TV Brasil, pertencente a Empresa Brasil e Comunicação (EBC) e TV Cultura, mantida pela Fundação Padre Anchieta (SP)..

⁹ Para Bucci *et al.* (2012) a emissora pública seria uma forma de evitar o predomínio da mercadoria - entende-se proveniente do jornalismo comercial, que segue a lógica do mercado - na vida social. Portanto a importância da independência plena do jornalismo público. Assim, “a emissora pública não pode estar subordinada ao governo, mas deve ter sua existência assegurada pelas leis vigentes, inclusive quanto à sua forma de financiamento” (Ibidem, p.14)

Neste contexto da comunicação pública, podemos ainda relacionar os princípios de qualidade utilizados por Coutinho (2013) durante a análise do telejornalismo da TV Brasil, emissora pública brasileira. Em suma, eles se referem à necessidade de múltiplas abordagens, “tendo como referência central a busca pela polifonia de vozes e o respeito ao equilíbrio e à isenção” (Ibidem, p. 31). Portanto, o jornalismo público deveria estimular o debate público através dos noticiários.

Apesar do trabalho importante feito por Bucci *et al.* (2012), Becker (2005), Gomes (2006) e Coutinho (2013), ainda consideramos a necessidade de preencher algumas lacunas que foram abertas posteriormente a publicação de alguns desses estudos. A principal delas é em relação a Lei de Acesso à Informação que entrou em vigor em maio de 2012¹⁰. A lei garante o acesso a qualquer tipo de informação pela população – inclusive jornalistas – dos órgãos públicos, como como lista de cargos, salários, transações financeiras, despesas, benefícios de servidores, contratos, etc.

A vigência da lei pode ser vista como um novo instrumento para a promoção de um jornalismo crítico e de maior qualidade – já que muitos dados que antes eram de difícil acesso, agora teriam a divulgação assegurada por lei. O prazo para obter retorno após o pedido é de 20 dias, podendo ser prorrogado por mais dez dias.

Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. (Lei 12.527, 2011, art. 10).

Algumas associações de jornalistas promoveram cursos para capacitar os profissionais a utilizarem esse recurso com maior competência, como a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em 2012. Já o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas mantém um site onde disponibiliza informações e cartilhas com as orientações para os usuários. Considerando a importância desta lei, como precursora de novas possibilidades para a produção jornalística, propomos a inclusão de seis novos indicadores para a análise da qualidade no telejornalismo em emissoras públicas e comerciais.

¹⁰ Apesar de ser publicada em novembro de 2011, a lei 12.527, referente à Lei de Acesso à Informação, entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012.

- O programa faz uso da Lei de Acesso à Informação?
- Se sim, é frequente?
- Os telespectadores são informados periodicamente sobre a lei e como usá-la?
- Informações provenientes dos portais da transparência são acessadas e os dados analisados?
- Pautas são criadas a partir dos dados levantados pelos portais da transparência?
- Nas reportagens são citadas que as informações foram obtidas através do portal da transparência/Lei de acesso à informação?

Além da questão da transparência, também propomos como critério de qualidade no telejornalismo o diálogo entre as emissoras e a academia. Entre os enunciados de Bucci *et al.* (2012) apenas um trata do tema¹¹ – e mesmo assim, com maior valor a parte da qualidade estética da programação.

Atualmente muitos projetos de pesquisas se dedicam a analisar o telejornalismo comercial e público em termos de conteúdo. Entretanto ainda não é frequente a interferência dos pesquisadores no ambiente da produção jornalística – principalmente a comercial. O Jornal Nacional, por exemplo, através do Globo Universidade pede um prazo mínimo de seis meses para analisar a solicitação de informações – que pode ser recusada.

Mas um exemplo positivo foi a parceria entre a Empresa Brasil de Comunicação, responsável pela gestão da TV Brasil, e pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora. Através do grupo de pesquisa Jornalismo, Imagem e Representação¹² foram realizadas avaliações dos telejornais exibidos pela emissora durante nove meses, entre 2010 e 2011. Os resultados foram encaminhados para o Conselho Curador da Instituição e publicados no livro “A Informação na TV Pública” (2012). Assim, concluímos que a iniciativa, aplicada também em outras emissoras, pode contribuir para a verificação dos acertos e erros, e a consequente adequação da programação a questões de qualidade.

¹¹ O referido enunciado elaborado por Bucci *et al.* (2012) diz: - Há grupos de críticos (organizado por pesquisadores) que sirvam de termômetro periódico para a avaliação da qualidade estética da programação?

¹² O grupo de pesquisa Jornalismo, Imagem e Representação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora foi transformado no Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais, que além da atividade de pesquisa, também desenvolve projetos de extensão.

Portanto, defendemos que entre os indicadores também esteja a parceria com a academia, atuando como pesquisadora do conteúdo produzido e fortalecendo o tópico sobre o nível de diálogo com a sociedade.

- O programa/emissora possui parceria com algum centro de pesquisa ou universidade?
- Se sim, são gerados relatórios ou retornos periódicos?
- Como os resultados gerados pela análise acadêmica são utilizados na produção de conteúdo?
- A emissora viabiliza de forma ágil o acesso de pesquisadores às demandas solicitadas?

A discussão sobre a qualidade é extensa. São inúmeros estudos, além de bons exemplos práticos, como as produções de emissoras-referências que são reconhecidas pela promoção da qualidade no telejornalismo público, como a britânica BBC, a americana PBS e a japonesa NKS. Mas a partir deste momento, consideramos também importante estabelecer métodos de análise que possam auxiliar a conduzir pesquisas de avaliação da qualidade no telejornalismo.

Verificando o Telejornalismo de Qualidade: a Prática da Avaliação.

Nosso objetivo é com base na discussão sobre os indicadores e conceitos para a promoção do jornalismo de qualidade, descrever formas para analisar a qualidade num determinado programa jornalístico. A proposta tem como eixos condutores a pluralidade, interesse público¹³, independência e interação com o cidadão.

A pluralidade é a base para um jornalismo de qualidade. É uma forma de promover reflexões e debates, garantir a presença do maior número de envolvidos em uma produção jornalística e evitar favorecimentos. Também é uma reação a velha prática de ouvir os dois lados – como se toda a notícia houvesse apenas dois lados.

A pluralidade pode ser vista pela presença de diferentes pontos de vistas, estendendo-se também, a questões dos regionalismos.

Entre esses parâmetros [...] está a busca pelo contraditório como elemento constitutivo das narrativas de reportagens, entendendo que a realidade também é

¹³ Danilo Rothberg (2011) descreve que a noção de público “deve ser entendida não como uma soma de indivíduos considerados exclusivamente em seu poder de consumo, mas sim como um componente de legitimação de regimes democráticos consolidados, como o qual poucos países lograram obter sintonia efetiva (Rothberg, 2011, p.9)

marcada pela complexidade e que sua compreensão e conhecimento envolveriam a necessidade de incorporação de diferentes pontos de vista e olhares sobre temas considerados relevantes. (Coutinho, 2013, p. 30)

Portanto, na prática, a pluralidade pode ser representada por fontes com diferentes contribuições informativas, incluindo aquelas que são afetadas pelo acontecimento – geralmente a própria população. Como consequência dessa presença, há uma narrativa rica, com maior subsídio para o telespectador formar a opinião.

Os valores notícias também são importantes, eles devem estar alinhados ao interesse público. Silva (2005) explica que “os valores notícias constituem também referências para a operacionalidade de análises de notícias”. Dessa forma, permitem “identificar similaridade e diferenciações na seleção ou hierarquização de acontecimentos em diversos veículos da imprensa, possibilitando percepções históricas e culturais sobre o processo produtivo das notícias” (Silva, 2005, p. 100).

Em relação a isenção, apesar da discussão acerca da impossibilidade do ideal da neutralidade, deve-se buscar a maior aproximação do que se entende por objetividade.

O reino da objetividade e a informação, a notícia, a cobertura, a reportagem, a análise, assim como o reino da tomada de posição era opinião, o comentário, o artigo, o editorial. É fundamental separar e distinguir a informação de opinião, indicar as diferenças de conteúdo e forma dos gêneros jornalísticos, e apresentar toda a produção jornalística ao leitor/telespectador de forma que ele perceba imediatamente o que é exposição da realidade e o que é ajuizamento de valor (Abramo, 2003, p.41)

Alguns telejornais, como o Jornal da Record News, explicitam quando há a presença de um quadro de opinião. Mas muitas vezes o caráter opinativo está incluso de forma sutil no texto de uma reportagem. Por isso, numa análise profunda é essencial transcrever o off do repórter e observar não só o que foi escrito, mas também a escolha das fontes e imagens.

Um telejornal de qualidade é aquele que possui vozes contraditórias e que não se apresenta como tendencioso no relato dos acontecimentos. Portanto, não há porque estreitar a visão através do uso excessivo de fontes oficiais – como acontece em muitos noticiários. Traquina (2012) afirma que a “o fator da respeitabilidade refere-se aos procedimentos dos jornalistas que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade” (Traquina, 2012, p.193).

Nesse sentido, uma forma de garantir diferentes olhares é através da própria interação com o cidadão. O Repórter Brasil (TV Brasil) se encaixa nesta proposta através do quadro “Outro Olhar” – onde telespectadores são convidados a enviar pequenos vídeos que demonstram suas visões sobre determinado assunto. O material é exibido durante o

telejornal para todo o país. Para Mata (2012), “os repórteres cidadãos, grupos e movimentos, munidos de certa autonomia”, que não chega a ser total, “estabelecem nova sociabilidade com a coletividade por meio da auto representação, construindo, mesmo que lentamente, a comunicação em sua perspectiva de mudança social” (Mata, 2012, p. 89).

Assim, consideramos como fator de qualidade, telejornais que tenham evoluído em referência ao antigo compromisso do direito à informação. Numa sociedade com novas tecnologias e inúmeras formas de interação, deve-se prevalecer o direito à comunicação.

A nosso ver, tal concepção vem sendo renovada ao incluir a dimensão do direito à comunicação como acesso ao poder de comunicar. As liberdades de informação e de expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, ao acesso à informação de qualidade irrefutável, nem apenas no direito de expressar-se por "quaisquer meios" - o que soa vago, mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores - produtores e difusores - de conteúdos. Trata-se, pois, de democratizar o poder de comunicar. (Peruzzo, 2011, p.28)

Na prática, este ideal pode ser alcançado com a disponibilização de espaços exclusivos para participação cidadã. É importante constar que nem todo conteúdo enviado pela sociedade deve ser exibido. É necessária uma seleção para observar se a contribuição atende ao interesse público, se é compreensível e se possui qualidade técnica mínima para exibição na TV. Uma alternativa para alcançar esse aprimoramento é criar formas de orientar o telespectador sobre os requisitos básicos de qualidade necessários para a composição do material. Essas características poderiam ser disponibilizadas através de uma página na internet, por exemplo. Dependendo da demanda, os vídeos que não forem exibidos no telejornal, podem ainda ficar disponíveis no ambiente virtual para acesso do público.

Assim, destacamos a originalidade da produção audiovisual como critério de qualidade. Novas formas de contar a notícia – e que possam ser identificadas pelo telespectador – é um modo de romper com o engessamento amplamente praticado no telejornalismo brasileiro, baseado na velha receita “off-passage-sonora”. A inovação pode ser identificada com o uso de recursos visuais diferenciados, desestruturação na narrativa tradicional, escolha de fontes que fujam do comum e que contribuam para a discussão e reflexão do assunto em questão, entre outros aspectos que podem ser revelados pelas mentes dos jornalistas que veem na criatividade a possibilidade de um jornalismo mais interessante.

Como defendem Bucci *et al.* (2012), também reafirmamos a necessidade da independência como um critério básico para se alcançar a qualidade. As emissoras públicas devem ser apresentar distantes dos interesses estatais e as comerciais¹⁴ dos interesses de seus grupos proprietários e anunciantes.

A constatação do cumprimento dessas premissas, podem ser evidenciadas através de métodos e técnicas de pesquisa acadêmica. Entre eles, destacamos a análise de conteúdo, capaz de fornecer resultados consideráveis diante dos obstáculos encontrados por pesquisadores no decorrer de análises de produtos jornalísticos (como a dificuldade em se inserir no ambiente de produção da notícia). Com origem no século XVIII e presente em diversos campos de estudo, a análise de conteúdo é utilizada em vários países, como os da Europa, Estados Unidos e também com grande difusão na América Latina. O objetivo principal, relata Fonseca Junior (2012), é investigar fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa.

O autor fragmenta a análise em três fases cronológicas. A primeira se refere a “pré-análise”, na qual se deve realizar o planejamento do trabalho e a sistematização das ideias iniciais com o desenvolvimento de operações sucessivas – consideramos neste caso, as ideias alinhadas aos pressupostos da qualidade no telejornalismo. A segunda fase, chamada de “exploração do material”, é a análise propriamente dita do objeto de estudo.

Finalmente, o “tratamento dos resultados obtidos e interpretação” considera a decodificação dos resultados brutos alcançados. “Operações estatísticas (quando for o caso) permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos. A partir desses resultados, o analista então pode propor interferências” (Fonseca Junior, 2012, p. 290). A interferência é necessária para que se possa deduzir conhecimentos sobre quem envia a informação.

É importante registrar que as técnicas para a análise de conteúdo, de forma geral, não são direcionadas para o estudo de produtos jornalísticos veiculados em formato audiovisual. A simples elaboração do roteiro, com descrição das imagens e do off, não é suficiente para decodificar os sentidos que estão inseridos numa matéria ou em um programa. Também se faz necessário considerar a articulação entre o texto do repórter e as imagens na construção da mensagem.

¹⁴ Apesar do nosso critério, compreendemos a dificuldade desse afastamento pelas emissoras comerciais. Ao se tratar da influência da televisão, Bourdieu (1997) considera que “o universo do jornalismo é um campo, mas que está sob a pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência. E esse campo muito heterônomo, muito fortemente sujeito às pressões comerciais, exerce, ele próprio, uma pressão sobre todos outros campos, enquanto estrutura” (Ibidem, p. 77).

Além dos métodos citados, ainda é preciso recorrer a técnicas básicas da metodologia de pesquisa, como a busca por pesquisas¹⁵ já realizadas sobre o tema – e o relacionamento entre elas com o próprio objeto de estudo. A delimitação do tempo de análise deve ser definida com cautela, já que é aconselhável evitar períodos atípicos, como catástrofes, eventos esportivos importantes ou grandes polêmicas – a exceção ocorre quando essas coberturas são o objeto de estudo.

É também essencial que tais resultados se tornem públicos – através de publicações em revistas, anais de congressos, portais de grupos de pesquisa, etc. - e que sejam encaminhados para os emissores analisados, de forma que contribuam de fato para transformações positivas no telejornalismo.

Considerações Finais

Apesar da discussão, temos conhecimento que o conceito da qualidade no telejornalismo é abrangente e pode ser detalhado através de abordagens mais extensas. Por isso, além dos aspectos que descrevemos neste trabalho, não poderíamos deixar de citar alguns outros que também devem compor a base da qualidade no telejornalismo, como a abrangência regional, a preocupação em obter uma audiência mínima para que a programação não se torne restrita, a qualidade técnica de imagem e áudio, entre tantos outros.

Podemos afirmar também que a qualidade é uma preocupação que atinge muitos dos que fazem parte do processo de produção da notícia. Os telejornais evoluíram ao longo dos anos, mostraram que estão cientes que a independência é fator primordial para um jornalismo de referência – basta analisar os primeiros jornais da TV brasileira que muitas vezes levavam os nomes de seus patrocinadores. Apesar da “fachada” demonstrar essa preocupação com a isenção, ainda sabemos que no modelo comercial, onde a continuidade do produto é garantida por verbas publicitárias, é difícil sobreviver distante da lógica do mercado.

Entretanto, essa consideração não significa que as TVs comerciais não podem produzir programas que seguem os preceitos de qualidade. Frequentemente, diversos telejornais conseguem inovar e levar ao telespectador a notícia de forma diferenciada. Percebemos, por exemplo, a preocupação do Jornal Hoje (Rede Globo) em mostrar os

¹⁵ Fonseca Junior (2012) cita a regra da exaustividade nesta fase da pesquisa. “Todos os documentos relativos ao assunto pesquisado, no período escolhido, devem ser considerados, sem deixar de fora nenhum deles por qualquer razão (dificuldade de acesso, extravio, material desinteressante, etc.)” (Fonseca Junior, 2012, p. 292).

diversos pontos de vistas de um assunto – mais evidente após a reformulação do estúdio no primeiro semestre de 2014. Em determinadas reportagens, até quatro sonoras são exibidas separadamente após a matéria para dar voz à todos os envolvidos. Uma ruptura ao modelo dos “dois lados”, em analogia ao “bem e o mal”.

Por estarem no ar graças às concessões públicas, as TVs Comerciais devem ser cobradas em relação a qualidade da mesma forma que os noticiários de emissoras públicas. Estas últimas, por serem custeadas pela sociedade, devem ter como linha guia o interesse público. Como citam vários autores, como Barbero (2002) e Fernández (2002), a televisão faz parte do desenvolvimento democrático de um país. Ela dialoga com a população, promove a cultura e cria condições para a formação do cidadão crítico. Por isso a preocupação da TV Brasil em programas que atendam tais preceitos, alguns com propostas interessantes, como O Público na TV, feito pela própria ouvidoria da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável pela gestão da emissora.

Portanto, os conceitos de qualidade, desenvolvidos por acadêmicos e pesquisadores, nada mais são do que caminhos recomendados para se chegar à comunicação como serviço público, ausente de rastros manipuladores e útil para o telespectador.

A qualidade é abrangente. Na prática, deve ser considerada desde a definição e formulação das pautas. É na produção que está a alma de um telejornal e irá influenciar todo o processo de produção da notícia. Os assuntos devem ser levados ao ar não pela sua capacidade de gerar audiência – dignos da imprensa sensacionalista – mas pela utilidade para o telespectador. Cabem aos produtores e editores chefes mensurarem essa importância, através dos critérios que norteiam a qualidade no telejornalismo, e até criarem novos conceitos que fujam da lógica tradicional do fazer jornalístico e que contribuam para o aspecto qualitativo.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Itamar. **TV Brasil: algo novo no ar**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012.
- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo** (Abraji). Disponível em: <http://www.abraji.org.br>. Acesso em 03/06/2014.
- BARBERO, Jesús. **Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção**. In: RINCÓN, Omar (Org.) *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: ILDEs/FES, p. 41-80. 2002.
- BECKER, Beatriz. **Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção**. Revista Galáxia, São Paulo, n.10, 2005.

- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – **Acesso à Informação Pública**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 03/06/2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BUCCI, Eugênio; FIORINI, Ana Maria; CHIARETTI, Marco. **Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas - Uma Avaliação Contemporânea**. Série Debates CI (Unesco), v. 10, 2012.
- COUTINHO, Iluska (org.). **A informação na TV Pública**. Florianópolis: Insular, 2013.
- FERNÁNDEZ, Valerio. **Por uma televisão pública para a América Latina**. In: RICÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: ILDEs/FES, p. 155-200.2002.
- FONSECA JUNIOR, Wilson. **Análise de Conteúdo**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GOMES, Itania. **Quem o Jornal do SBT pensa que somos? Modos de endereçamento no telejornalismo show**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 26 ed, p. 85-98, 2004.
- _____. **Telejornalismo de Qualidade. Pressupostos teórico-metodológicos para análise**. E-Compós, Brasília, v.6, 2006.
- HERZOG, Vladimir. **Considerações sobre a TV Cultura**. In: MARKUN, Paulo. **Meu querido Vlado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- JESUS, Jemima; BARA, Gilze. **As considerações do jornalista Vladimir Herzog para a TV Cultura em 1975**. In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2012. Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2012.
- MATA, Jhonatan. **“Outro Olhar”: (re-)circulação midiática, participação popular e dramaturgia na TV Brasil**. In: COUTINHO, Iluska (org.). **A informação na TV Pública**. Florianópolis: Insular, 2013.
- MEDITSCH, Eduardo; SEGALA, Mariana. **Vozes do povo e vozes do poder: uma análise dos atores das notícias do principal telejornal brasileiro**. Prisma.com, Porto, v. 1, n.1, 2005.
- OLIVEIRA, Ana Paula. **Hora da notícia: o telejornalismo como um instrumento de diálogo**. In.: 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia. Rio de Janeiro, 2014.
- OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio; COUTINHO, Iluska. **A abordagem econômica nos noticiários público e comercial: o rebaixamento da nota de classificação de risco do Brasil**. In: XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2014, Vila Velha. Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. Comunicação: Guerra & Paz. São Paulo: Intercom, 2014.
- PERUZZO, Cicília. **Comunicação comunitária como direito**. In: 7º Congreso Latinoamericano de investigadores de la Comunicacion, 2004. São Paulo: ALAIC-Asociacion Latinoamericana de Investigadores de la Comunicacion, 2004.
- ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público: informação, cidadania e televisão**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC), Florianópolis, v. 2, n.1, 2005.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Vol.1. Florianópolis: Insular, 2012.